

Desafios das políticas de permanência e apoio pedagógico na UERJ

Eduardo Henrique Narciso Borges 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Thaíssa Bispo Souza 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Esse trabalho objetiva discutir os principais desafios da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para garantir a plena execução de atividades de acompanhamento acadêmico e apoio pedagógico de seus discentes. O pioneirismo da UERJ na adoção de ações afirmativas no início dos anos 2000 tornou-a um caso exemplar para a discussão de políticas públicas de combate à evasão. A partir de revisão da literatura e análise de dados secundários, propomos discutir como as políticas de apoio podem contribuir para a permanência e conclusão dos cursos, e também as ferramentas que os gestores possuem à disposição para este trabalho em um contexto de restrições orçamentárias e grandes demandas, em uma universidade que recentemente enfrentou a maior crise financeira de sua história.

Palavras-chave: UERJ; Evasão; Permanência; Apoio pedagógico.

Abstract

Challenges of permanence policies and pedagogic support at UERJ

This work aims to discuss the main challenges faced by State University of Rio de Janeiro (UERJ) to ensure the full execution of activities of academic follow-up and pedagogic support for their students. UERJ's pioneering in adoption of Affirmative Actions in the beginning of 2000s made it an exemplary case for discussion about Public Policies of Drop-out combat. From literature review and secondary data analysis we propose to discuss how the support policies can contribute to permanence and conclusion of Higher Education. We also discuss the tools available to managers to this task in a context of budget constraint and big demands at a University which faced the major economic crisis in its History.

Keywords: UERJ; Drop-out; Permanence; Pedagogical Support.

Desafios de las políticas de estancia y apoyo pedagógico en UERJ

El objetivo del trabajo es discutir los principales desafíos de la Universidad Estatal de Río de Janeiro (UERJ) para garantizar la plena ejecución de las actividades de monitoreo académico y el apoyo pedagógico de sus estudiantes. El espíritu pionero de UERJ al adoptar una acción afirmativa a principios de la década de 2000 lo convirtió en un caso ejemplar para discutir políticas públicas para combatir la evasión. Con base en una revisión de literatura y análisis de datos secundarios, proponemos discutir cómo las políticas de apoyo pueden contribuir a la continuación y conclusión de cursos. Y las herramientas que los gerentes tienen a su disposición para este trabajo en un contexto de restricciones presupuestarias, y altas demandas en un universidad que recientemente enfrentó la mayor crisis financiera de su historia.

Palabras clave: UERJ; Evasión; Permanencia; Apoyo pedagógico.

Introdução

O caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é exemplar para tratar do tema da democratização da educação superior no Brasil. No início dos anos 2000, a UERJ foi uma das pioneiras na adoção de ações afirmativas por reserva de vagas a grupos mais vulneráveis como pretos, pardos, indígenas e egressos das redes públicas de ensino antes mesmo que o Congresso Nacional definisse uma legislação sobre o tema. O ponto de partida foi a Lei Estadual nº 3.524/2000 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2000). Posteriormente outros textos foram formatados até a implementação da Lei nº 5.346/2008 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008) que é base do arcabouço legal atual. A Lei de cotas estadual foi prorrogada até 2028 pela Lei Estadual nº 8.121/2018 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018) e os desafios que a motivaram ainda são vivos no cotidiano universitário.

A legislação determina que grupos considerados vulneráveis possuam percentuais de vagas reservadas para acesso mediante vestibular estadual. Assim, ficou estabelecido que 20% das vagas seriam destinadas a indivíduos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, outros 20% para candidatos que cursaram integralmente a educação básica em escolas da rede pública, e mais 5%, para candidatos com deficiências físicas e filhos ou dependentes de policiais civis, militares, bombeiros militares, inspetores de segurança e agentes penitenciários mortos ou incapacitados em razão do serviço. Caso essas vagas reservadas não sejam ocupadas, elas serão direcionadas à ampla concorrência. Esse sistema implica necessariamente em mudanças na gestão universitária e na adoção de estratégias para favorecer a permanência discente, visto que a oferta das vagas para cotas é aplicável aos candidatos “*desde que carentes*” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008, Art. 1º).

A adoção das cotas raciais e sociais tem sido o pano de fundo para o incentivo às ações institucionais e pesquisas sobre permanência estudantil na UERJ. Elas têm estimulado um vigoroso debate que influencia as discussões em todo o país. Há algum consenso na literatura de que “massificação” não é sinônimo de “democratização”, ou seja, ampliar o número de vagas ou “facilitar” o acesso a grupos menos privilegiados não é o suficiente para garantir igualdade de oportunidades (DUBET, 2015). A questão é complexa e se relaciona às oportunidades que de fato o ensino superior proporciona a esses estudantes.

Goastellec e Välimma (2019) questionam o senso comum de que a massificação da educação superior reduziria desigualdades simplesmente pelo fato de mais estudantes terem acesso. As autoras alertam para a existência de desigualdades persistentes que favorecem as trajetórias de grupos detentores de maiores capitais econômicos, sociais e culturais. Ribeiro e Schlegel (2015) reforçam esse argumento ao demonstrarem que mesmo com o aumento relativo (percentual) da presença de mulheres, pretos, pardos e indígenas nas universidades brasileiras desde a década de 1960, ainda persistem fortes desigualdades.

Honorato (2015), a partir de dados de pesquisa sobre desigualdades em instituições de ensino superior federais, indicou que o ingresso é apenas o primeiro problema a ser superado. Ela destaca as dificuldades de acesso de cotistas a atividades extracurriculares, como bolsas de iniciação científica e que, mesmo quando havia remuneração, estudantes não cotistas eram majoritários. Porém, esta é uma discussão complexa, já que na mesma medida não foi observado o mesmo padrão para os estágios, onde a representação de negros e cotistas é alta. Devemos considerar ainda o contexto federal, pois ele também é importante para pensar os rumos da UERJ, uma vez que nos dois casos os estudantes mais carentes enfrentam os mesmos desafios para obter uma profissionalização bem-sucedida.

Mesmo que a evasão discente não seja um problema exclusivo dos estudantes mais carentes, o foco das políticas públicas construídas na educação superior brasileira tem sido dirigido para esse grupo, na medida em que enfrentam dificuldades maiores decorrentes em primeira instância das dificuldades financeiras. Algumas pesquisas indicam que os estudantes mais pobres enfrentam mais dificuldades para se manterem na educação superior e tendem a evadir mais que seus colegas socioeconomicamente privilegiados (PORTES, 2001; CHEN, 2012). Nossa principal contribuição é buscar analisar até que ponto a situação exposta pelos dados estatísticos se relaciona com os cursos frequentados e o tipo de ingresso vivenciado pelos estudantes.

Dados e Metodologia

Nesta seção procuramos destacar as estratégias metodológicas que nortearam esse trabalho. A primeira etapa constituiu um processo de revisão bibliográfica para destacar as principais questões teóricas e empíricas que têm orientado as pesquisas sobre desigualdades no ensino superior no Brasil. Isso é importante porque a discussão sobre permanência não pode aparecer dissociada do contexto mais amplo do ensino superior, ou das dinâmicas internas à instituição analisada – no caso, a UERJ. Compreender como o sistema tem evoluído nos últimos anos é importante para identificar quais os principais problemas que interessam a uma análise sociológica. Além de nos permitir excluir explicações essencialistas para a desigualdade que ocultem a importância dos mecanismos de estratificação social (TUMIN, 1970) presentes na sociedade, que atuam na configuração de desigualdades escolares e de trajetórias.

A dificuldade de estabelecermos modelos rígidos de análise que indiquem padrões de relações de causalidade válidos a todos os casos observados, implica na necessidade de um referencial teórico que dê conta de explicar as desigualdades internas à instituição em questão, levando em conta as distintas trajetórias dos discentes. Ainda que enfrentar dificuldades econômicas aumente as chances de evasão, este não é o único problema envolvido. Os chamados “fatores subjetivos”, como adaptação ao curso e à instituição (VALENTIM, 2012; ROLAND et al., 2018), e os “*gaps*” da formação na educação básica (ZAGO, 2006), assim como questões psicológicas e emocionais relacionadas à “decisão de permanecer” (DECI, RYAN, 2000; MAGALHÃES, 2013; TRUTA et al., 2018) também são importantes.

A multidimensionalidade do problema implica em analisar a experiência social dos agentes (DUBET, 2010), buscando apreender como nas relações sociais cotidianas, as dinâmicas geradoras de desigualdade são construídas. E como as ações voltadas a permanência discente são pensadas pelos atores envolvidos, pois a implementação de uma política pública é diretamente relacionada aos atores que dela participam (PIRES, 2019; PIRES, LOTTA, 2019). A legislação é um referencial importante, mas é a ação dos agentes implementadores que define as feições das políticas (JAIME et al., 2013). Daí uma revisão bibliográfica que analise como a instituição tem tratado essa questão é essencial.

Recorremos também a dados estatísticos fornecidos pela Coordenadoria de Articulação e Iniciação Acadêmica (CAIAC), sendo o “Data UERJ 2019”

(UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019a) o principal referencial. A qualidade do material disponível permitiu que tivéssemos acesso a informações importantes sobre os perfis dos estudantes e características por cursos e áreas. Assim, pretendemos identificar quais são os maiores dilemas para a permanência. Conseguir construir uma visão ampla sobre como a desigualdade se estrutura, permite indicar caminhos para a ação institucional, visando o aprimoramento da experiência discente. A partir das leituras de autores como Rawls (1997) e Khan (2011), compreendemos que nunca existiu qualquer modelo social plenamente igualitário, mas cabe às políticas públicas promover um ambiente de igualdade de oportunidades em uma sociedade fortemente ancorada em categorias de mérito educacional (TURNER, 1989; RAMOS, 2015). A pesquisa na UERJ é extremamente relevante e favorecida pela qualidade, organização e transparência dos dados disponibilizados. Estes fornecem subsídios para tratar questões centrais para o estudo de desigualdades educacionais: traçar panorama geral do perfil discente, identificar onde se encontram os maiores problemas de evasão, e observar aspectos como desempenho acadêmico, média de reprovações, entre outros.

Dados e fatos: panorama e principais desafios

As ações afirmativas têm sido o centro do debate sobre democratização e permanência na UERJ. Isso possui razão de ser na medida em que foram historicamente pensadas como instrumentos de redução de desigualdades sociais (OLIVEN, 2009). No Brasil se observa forte correlação entre pobreza e variáveis como cor da pele, gênero e local de moradia dos indivíduos¹. O acesso ao ensino superior e aos diferentes tipos de instituição e cursos é fortemente condicionado pelo perfil das famílias (CARVALHAES, RIBEIRO, 2019).

A Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018² aponta que as matrículas por cotas no ensino superior aumentaram de 1,5% do total em 2009, para 5,2% em 2016. Além disso, mostra fortes desigualdades no mercado de trabalho entre brancos e negros, com os primeiros recebendo em média 72,5% a mais que os últimos, que continuam a ser mais representados

¹ Mais informações disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em 18/10/2019.

² Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em 18/10/2019.

entre as camadas mais pobres da população. Em 2017, os negros representavam 75,2% entre aqueles que se encontram entre os 10% nos empregos com as menores remunerações, enquanto representam 26,3% entre aqueles com os maiores rendimentos.

A redação das legislações sobre ações afirmativas no Brasil, da mesma forma que em outros países onde se aplicaram, buscou se guiar e responder a esse contexto de desigualdades (OLIVEN, 2009; ALON, 2015), e constituir um instrumento presente, enquanto forem necessárias - daí terem prazo de validade e serem renovadas após avaliação periódica. No estado do Rio de Janeiro, a avaliação da eficácia dos mecanismos de permanência e das ações afirmativas é realizada bienalmente pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). Esta avaliação contempla o índice de evasão dos cursos, desempenho acadêmico dos estudantes, e empregabilidade dos contemplados no mercado de trabalho após a conclusão. Este trabalho pretende analisar esses pontos, e incluindo também os dados sobre não cotistas visando uma perspectiva ampla da UERJ.

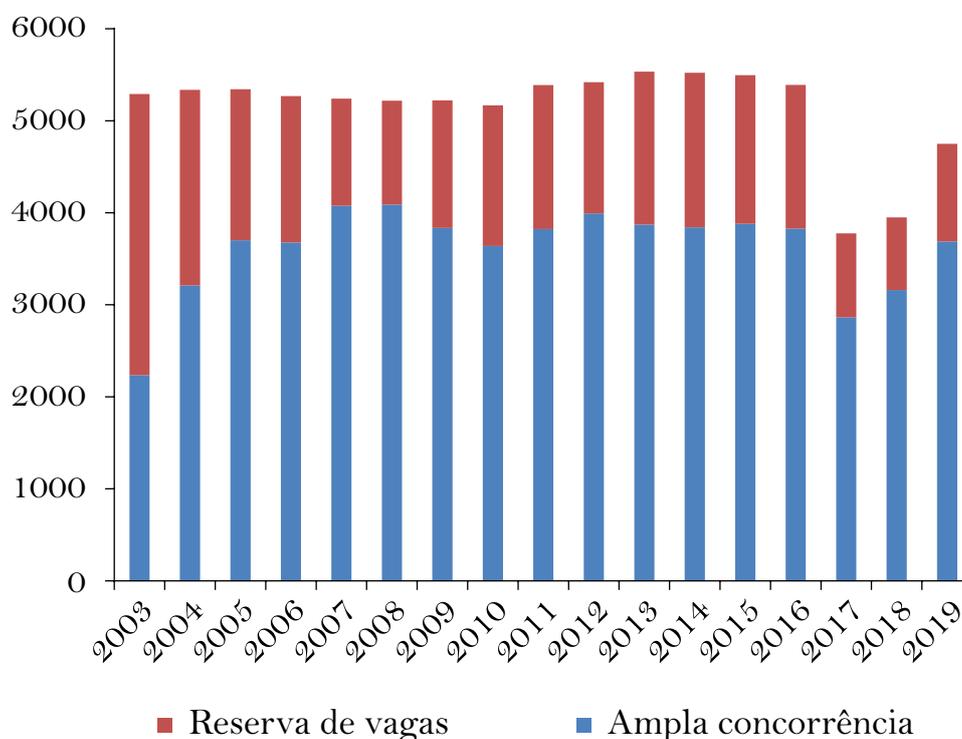
As políticas de assistência estudantil e apoio acadêmico são determinações da lei estadual de cotas. É estabelecido como *obrigação* do estado do Rio de Janeiro garantir a inclusão social dos estudantes carentes ingressantes pelas ações afirmativas, assegurando sua manutenção básica e preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho. A instituição possui o dever de auxiliar a todos os estudantes. Assim, não é vedada a participação de discentes não cotistas em atividades de reforço e orientação acadêmica. Porém, decidiu-se priorizar os estudantes mais vulneráveis economicamente e oriundos de grupos discriminados na sociedade, estes tenderiam a ter maiores dificuldades de se sustentar na universidade, e ingressar no mercado de trabalho, ainda mais em posições prestigiadas devido às lógicas de reprodução social (BOURDIEU, PASSERON, 2013; 1970).

UERJ em números: perfis discentes, permanência e evasão de curso

A abrangência dos dados permite observar a evolução do número de matrículas e dos indicadores socioeconômicos por curso, e realizar um exame detalhado sobre o perfil da desigualdade nesta instituição, marcada por ser a que tem maior experiência de implementação do sistema de cotas no país. A adoção das reservas de vagas iniciou-se em 2003, após alterações e regulamentações no sistema de cotas mediante a Lei Estadual nº 4.151/2003 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2003), impactando fortemente o modelo de seleção da UERJ.

Observamos que o período anterior à regulamentação da lei foi marcado pelo maior ingresso de estudantes cotistas em todo o período coberto pela legislação. A partir de 2004, o número de estudantes ingressantes pelo sistema de cotas caiu em relação ao ano de 2003, que ainda refletiu critérios do primeiro texto. A regulamentação dos perfis admitidos e dos mecanismos de acompanhamento fez com que esse número se estabilizasse ao longo dos anos, com variações ocasionais. O grande ponto de inflexão no acesso por cotas se deu durante a forte crise financeira que afetou a instituição entre 2017 e 2018, motivada pela crise fiscal do estado do Rio de Janeiro que teve seu ápice entre os anos de 2016 e 2018. Houve queda no número de inscrições no vestibular e de ingressantes em todas as modalidades (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Ingressantes na UERJ por tipo de ingresso (2003–2018.1).

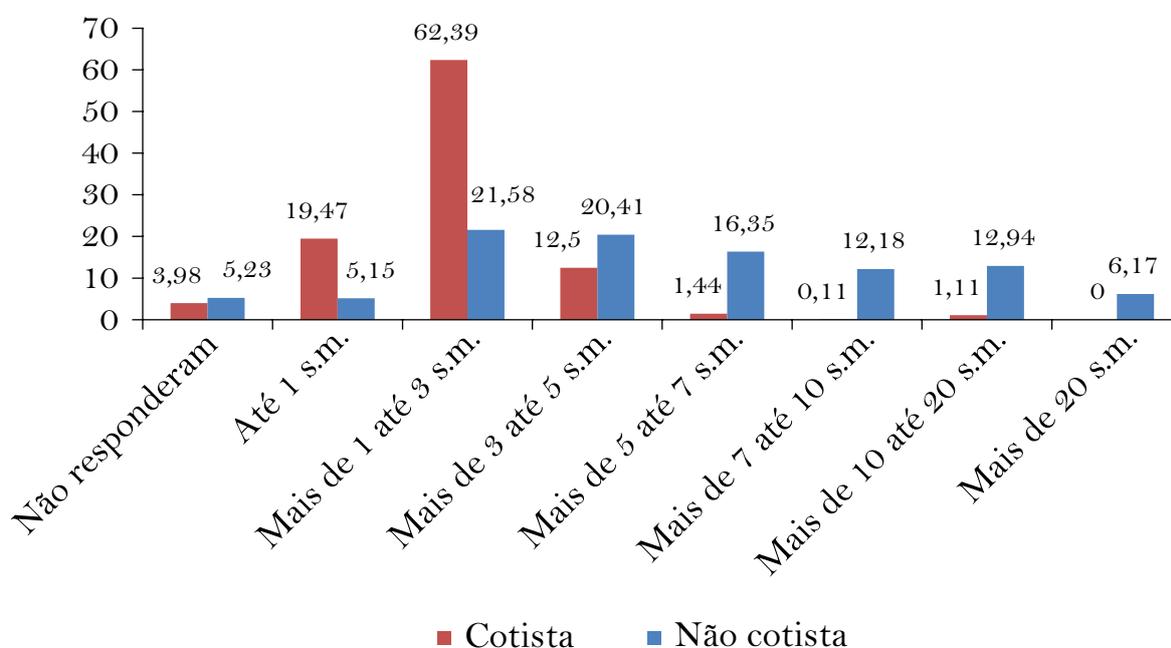


Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Levantamento de Cotas 2019 (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019c).

Os dados confirmam que classificados por reserva de vagas tendem a ter renda familiar menor que ingressantes por ampla concorrência, e que as cotas têm atendido mais a estudantes carentes, indicando que os critérios legais têm sido respeitados. Bourdieu e Passeron (2013; 1970) contribuíam para mostrar como os capitais econômicos, sociais e culturais das famílias atuam na reprodução de desigualdades sociais, e tal fato se

aplica ao ensino superior (RAFTERY, HOUT, 1993; LUCAS, 2017; HONORATO et al., 2018). A maior parte dos estudantes cotistas da UERJ está na faixa de renda familiar até cinco salários mínimos, enquanto a distribuição dos não cotistas é menos uniforme. Ou seja, estão distribuídos entre todas as faixas de renda e são mais representativos nas faixas de maior renda. Nota-se também que os não cotistas apresentam taxa de “não resposta” maior que os cotistas, o que em hipótese pode ser reflexo em parte da obrigatoriedade dos estudantes cotistas comprovarem informações socioeconômicas. Esse dado auxilia a focalizar as ações de auxílio e apoio, principalmente financeiro, ao indicar a maior vulnerabilidade social dos estudantes cotistas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Renda Familiar em quantidade de salários-mínimos (%) e estudantes classificados. UERJ, 2018.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Data UERJ (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019a).

Outra questão importante é a recorrente necessidade de conciliação entre trabalho e estudos que contribui para um “desgaste” do estudante em termos de cansaço físico e psicológico, na medida em que diminui o tempo disponível para a dedicação às atividades pedagógicas e incide diretamente sobre a quantidade de esforço necessário para a conclusão dos cursos (BEAN, METZNER, 1985). Ressaltamos que este não é um argumento fatalista que determina o fracasso dos estudantes trabalhadores. Apenas indica esta como uma outra questão que os programas de acompanhamento deveriam observar.

Como já indicado, além da renda que influencia o tipo (e a qualidade) da educação básica a que se tem acesso, a escolaridade dos pais é muito importante na configuração das desigualdades educacionais e nos destinos sociais dos indivíduos. Os dados mostram que ingressantes por cotas são oriundos com mais frequência de famílias com menores capitais culturais e sociais. É também possível perceber fortes diferenças entre cursos: aqueles que gozam de maior prestígio social, além de contar com estudantes de maior renda, conseqüentemente também apresentam estudantes com os pais mais educados. O curso de medicina, por exemplo, historicamente recebe estudantes brancos, com maior renda e educação familiar.

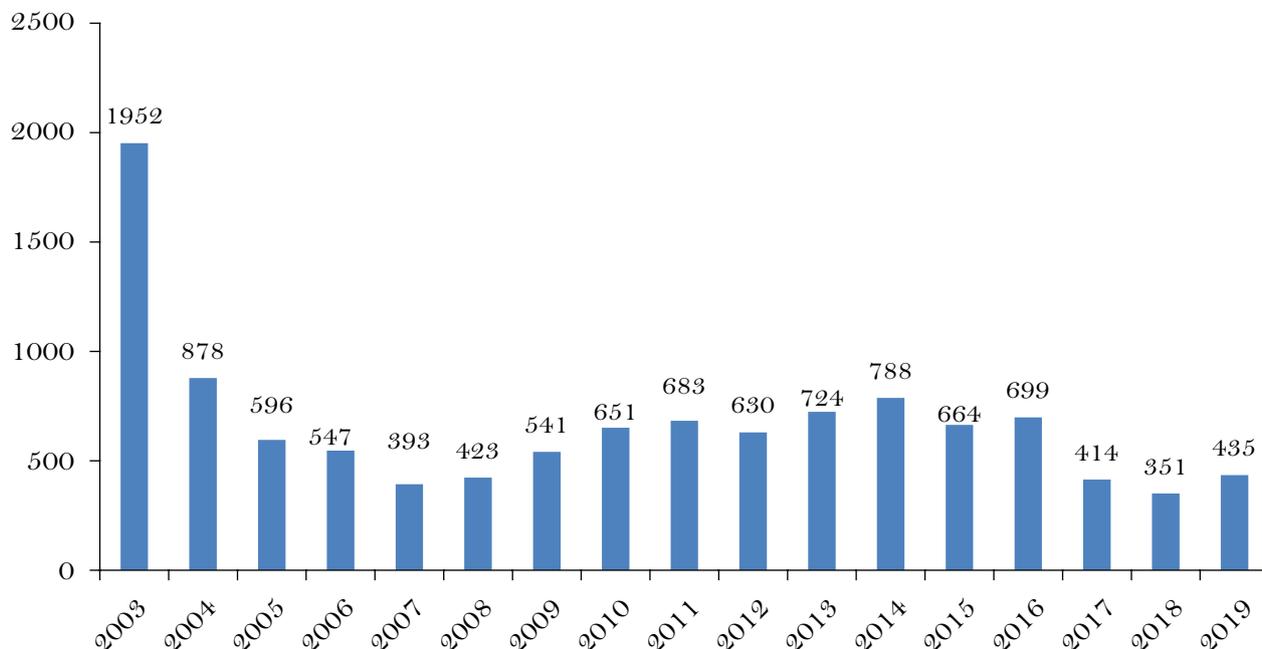
Entre cotistas em medicina, o percentual de pais que cursaram ensino superior é de 6,38% e o percentual de mães é de 27,66%. Entre não cotistas, este número salta para 71,93% entre os pais e 80,7% entre as mães. Observamos que, nos dois grupos de estudantes, a presença de mães com ensino superior é maior do que a de pais, reforçando achados da literatura que indicam a grande influência da escolaridade materna nos destinos e escolhas dos filhos (BARBOSA, RANDALL, 2004). No outro extremo de valorização profissional, localizamos o curso de Pedagogia, que historicamente recebe mais candidatos negros e de menor renda, e não apresentou nenhum classificado cotista com pais que tenham cursado ensino superior.

O padrão constatado se repete em diversos cursos. Coleman (1988) e Salata (2010) apontam a influência do capital social das famílias, entendido como as redes de relações construídas e os lucros que estas proporcionam a seus membros no destino social de crianças e jovens. O contato reduzido dos mais pobres com indivíduos que exerçam papéis sociais prestigiados que sirvam como modelo, associada à menor qualidade da educação escolar, e as dificuldades financeiras contribuem para a construção da desigualdade de acesso às carreiras no ensino superior. Esse contexto contribui para o condicionamento social da escolha das carreiras (BARBOSA, 2015; BORGES, 2018).

No que diz respeito às cotas na UERJ, percebemos que apesar do percentual reservado a negros e egressos de escolas públicas ser o mesmo (20%), o número absoluto de ingressantes por cota social é maior que o de ingressantes por cota racial. As duas principais hipóteses são: uma possível resistência a competir por vagas de cota racial baseadas na percepção do estigma de ser um “desacreditado” (VALENTIM, 2012) ou que estas vagas, por não serem totalmente preenchidas, são transferidas para outras modalidades de ingresso. Os Gráficos 3, 4 e 5 ilustram a evolução dos números de ingresso de cotistas raciais, oriundos da rede pública de ensino, e por “outras

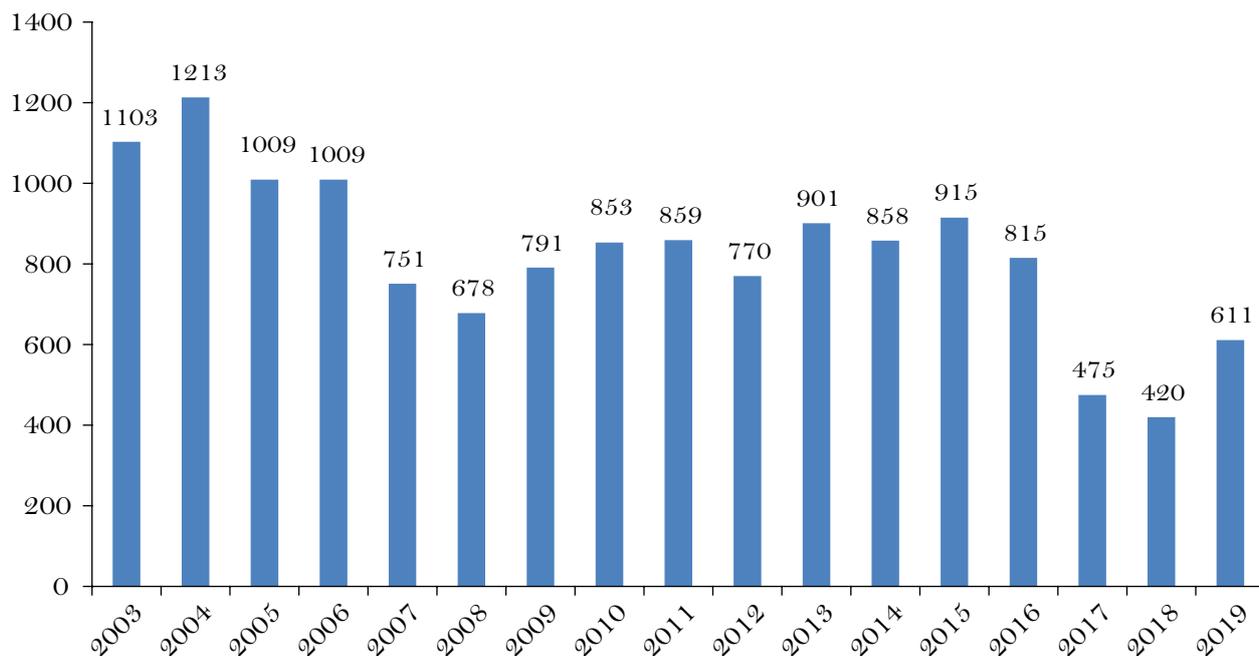
cotas” (5% de reserva). Portadores de deficiências e filhos de policiais civis, militares, bombeiros, inspetores e agentes penitenciários incapacitados ou mortos em serviço correspondem a um número reduzido de 485 estudantes entre 2003 e 2019.

Gráfico 3 – Ingressantes por cota racial. UERJ (2003 a 2018.1).



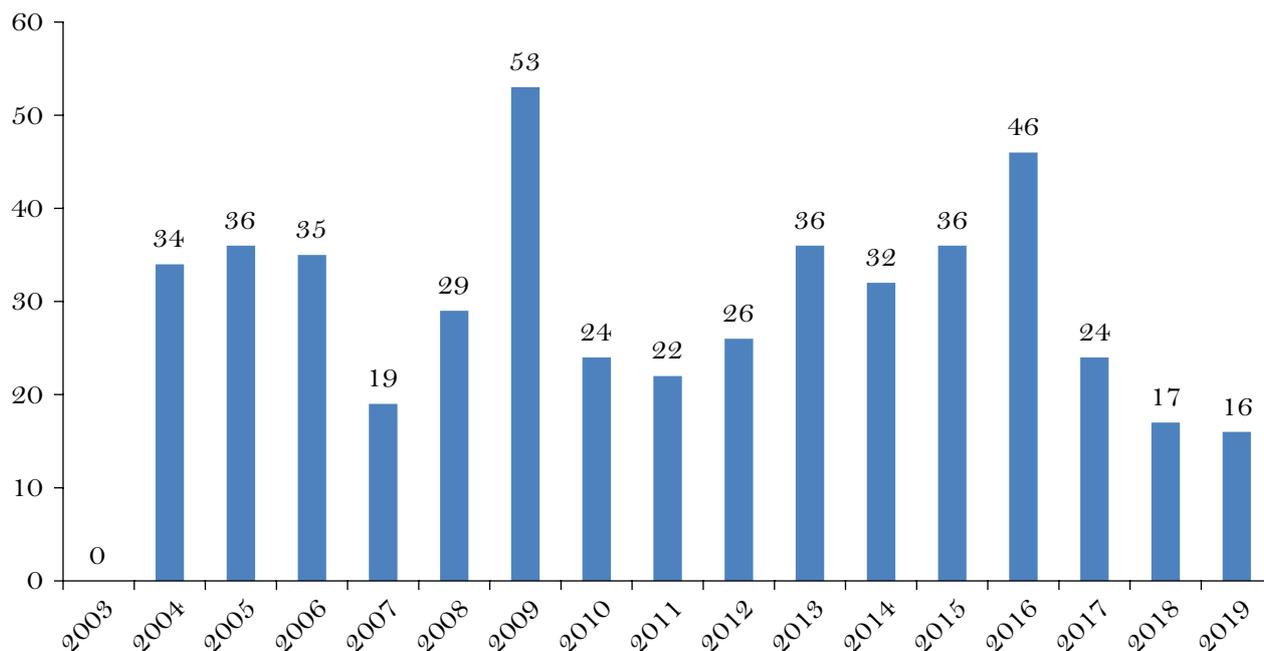
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Levantamento de Cotas 2019 (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019c).

Gráfico 4 – Ingressantes por cota de escola pública – UERJ (2003 a 2018.1).



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Levantamento de Cotas 2019 (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019c).

Gráfico 5 – Ingressantes por outras cotas – UERJ (2003-2018.1).



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Levantamento de Cotas 2019 (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019c).

Dubet (2015) indica que quanto mais elevada for a origem social, maiores serão as chances de cursar o ensino superior, e que a democratização exigiria igualdade de oportunidades. Dessa maneira, a análise sociológica das políticas de permanência e apoio pedagógico é tarefa importante, devido ao seu papel na busca pelo aprimoramento das chances dos estudantes mais vulneráveis na competição pelas posições na vida acadêmica e no mercado de trabalho. Uma vez que cada vez mais educação, competências, e habilidades são consideradas ativos que os indivíduos mobilizam visando maximizar suas oportunidades e retornos profissionais e materiais (FUMASOLI, HUISMAN, 2013; RAMOS, 2015).

Visando esse ideal e a manutenção das ações afirmativas na UERJ, foi criado o Programa PROINICIAR, que tem como objetivo acompanhar os estudantes e garantir a conclusão dos cursos. Este programa é a face operacional da política pública e oferece diversos serviços, sendo o principal deles a “Bolsa Permanência”, que se destina aos ingressantes por cotas e vigora durante todo período de integralização máxima do curso. A bolsa é condicionada aos repasses do Governo do Estado, e seu valor atual é de R\$ 500,00 (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019b). Entre os critérios para o recebimento estão:

1. Estar ativo e inscrito em disciplinas;
2. Ter frequência mínima de 75% nas disciplinas em que estiver inscrito, sem trancamento automático;
3. Atender às convocações comprobatórias de carência, que podem ser feitas a qualquer tempo pela Coordenadoria de Articulação e Iniciação Acadêmica (CAIAC);
4. Comprovar condição de carência ao longo do período máximo de integralização do curso;
5. Possuir conta-corrente individual no Banco Bradesco cadastrada no sistema³.

A questão que norteia o debate da inclusão no ensino superior de grupos socialmente vulneráveis é identificar se esta tem contribuído efetivamente para a formação de qualidade de um grande número de estudantes (HERINGER, 2010). É necessário avaliar se as políticas desenvolvidas estão de fato contribuindo para que os estudantes consigam concluir seus cursos e ingressar no mercado de trabalho. Esta pesquisa se concentra na primeira tarefa, ao focar no período em que os discentes estão na universidade. O que ocorre depois da conclusão do curso carece ser estudado na medida em que as políticas de acompanhamento de egressos da graduação ainda são incipientes no Brasil (BORGES, HONORATO, 2020).

Um dos principais aspectos da eficácia das políticas de acompanhamento e apoio pedagógico é o efeito que exercem sobre o desempenho acadêmico e as taxas de evasão discente. Os dados obtidos até este momento não permitem ainda avaliar especificamente estudantes atendidos pelas políticas estudantis da UERJ. Porém, sugerimos que um importante elemento a ser considerar na verificação da eficácia dos programas seria o acompanhamento do desempenho acadêmico do estudante durante o período em que está sendo atendido pelas políticas estudantis.

Além do apoio nas atividades acadêmicas, a literatura tem indicado a importância de fatores “subjetivos” para a “decisão de evadir” (DECI, RYAN, 2000; ROLAND et al., 2018). Atividades como atendimento psicológico e orientação acadêmica também seriam pontos importantes a serem contemplados. Estudantes mais pobres enfrentam dilemas imensos neste processo. Teóricos do tema tem indicado a dificuldade, por exemplo, de inserção plena tanto nas atividades acadêmicas como nas relações

³ Caso o estudante não possua conta bancária adequada, “Conta Universitária para Bolsista”, a UERJ o auxilia neste processo.

de sociabilidade. O sentimento de não pertencimento ou o estranhamento com o ambiente muitas vezes demoram para ser superados, e em alguns casos, podem favorecer a evasão (PORTES, 2001; ALMEIDA, 2009; 2014; RUMP et al., 2017).

Principais dilemas e desafios futuros: entre crises e superações

A principal questão neste trabalho é de ordem prática: como desenvolver ações de permanência e apoio aos estudantes em um contexto de restrição de recursos financeiros. A crise fiscal enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro impactou fortemente o cotidiano da UERJ. Atrasos no calendário acadêmico e suspensão das aulas, falta de recursos para pagamento de professores, funcionários terceirizados e bolsas estudantis, problemas de manutenção e limpeza, dentre outros, foram observados e amplamente acompanhados pela imprensa. Em agosto de 2017 a Revista Exame caracterizou a UERJ como “símbolo da crise sem fim do Estado do Rio de Janeiro”⁴, quando viveu seu pior momento em 66 anos de história. Como demonstrado pelos dados já citados⁵, houve redução no número de ingressantes no referido momento conturbado. A percepção dos problemas fez com que grande parte dos futuros universitários buscasse por outras instituições, ou ainda que estudantes já matriculados ou cursando migrassem para outras instituições públicas ou para o ensino privado. No ano de 2016 o número de estudantes que abandonaram a UERJ dobrou em relação aos anos anteriores⁶. O então reitor Ruy Garcia Marques em entrevista à imprensa em 14 de junho de 2017, afirmou que

Está sendo notada essa diminuição [de inscrições no vestibular]. Mas certamente isso iria acontecer. Até em casa, meu filho, de 16 anos, me diz que não sabe se quer ir para a Uerj [...] Muitos alunos não estão conseguindo comparecer às aulas, assim como docentes, que estão vendendo carro, voltando a morar com seus pais. Técnicos administrativos [vivem] a mesma coisa, pegam empréstimos. Está afetando todos os segmentos (LISBOA, 2017).

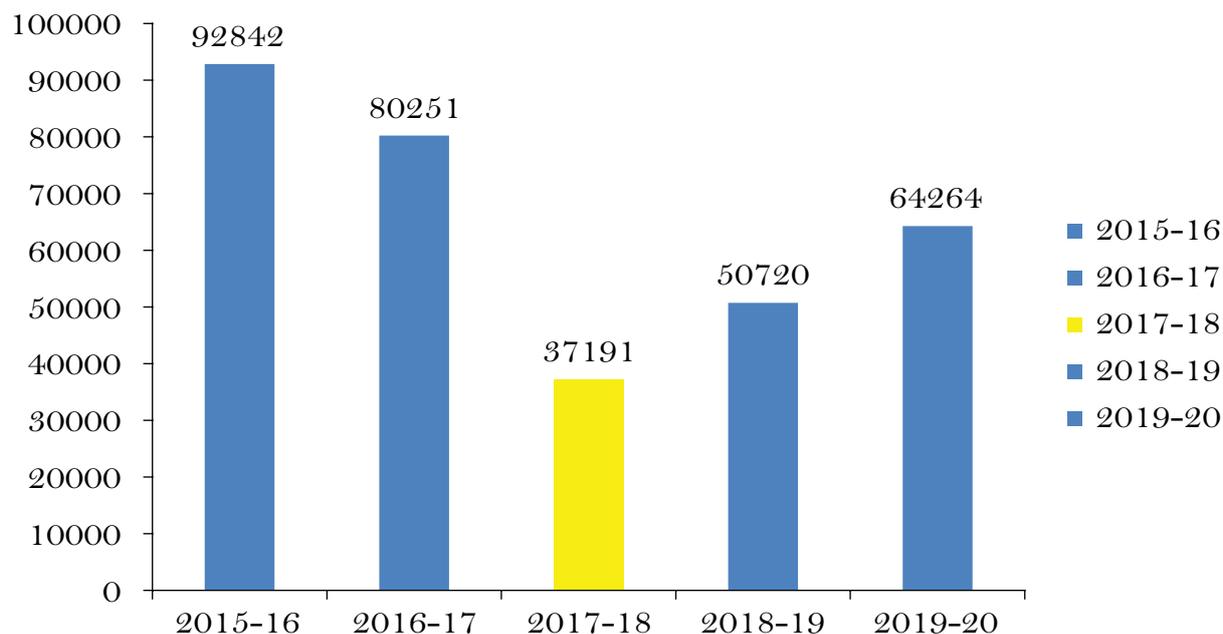
Os dados permitem acompanhar a evolução do número de inscritos no Vestibular Estadual e mostram o ano de 2017, que foi o ápice da crise financeira, também o ano com menor número de inscrições no vestibular (Gráfico 6, 7 e 8).

⁴Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/uerj-o-simbolo-da-crise-sem-fim-do-rio/>. Acesso em: 17 out. 2019.

⁵Ver Gráficos 1, 3, 4 e 5.

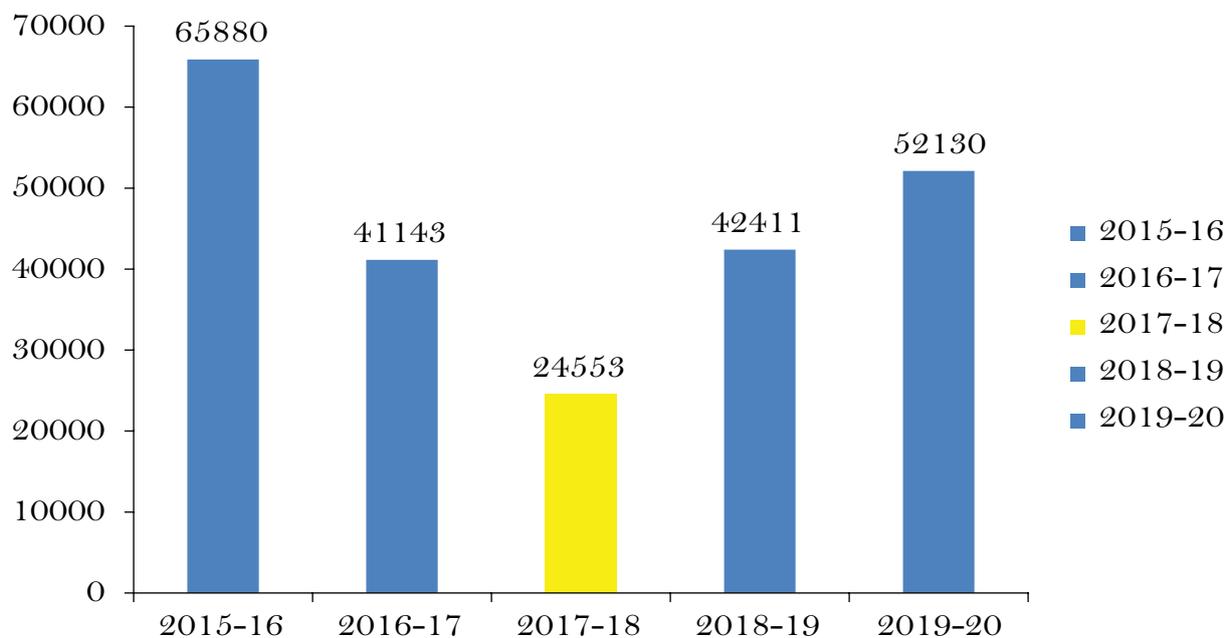
⁶Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/crise-na-uerj-faz-dobrar-evasao-de-alunos/> Acesso em: 17 out. 2019.

Gráfico 6 – Inscrições no Vestibular Estadual da UERJ: Primeiro Exame de Qualificação (2015-2019).



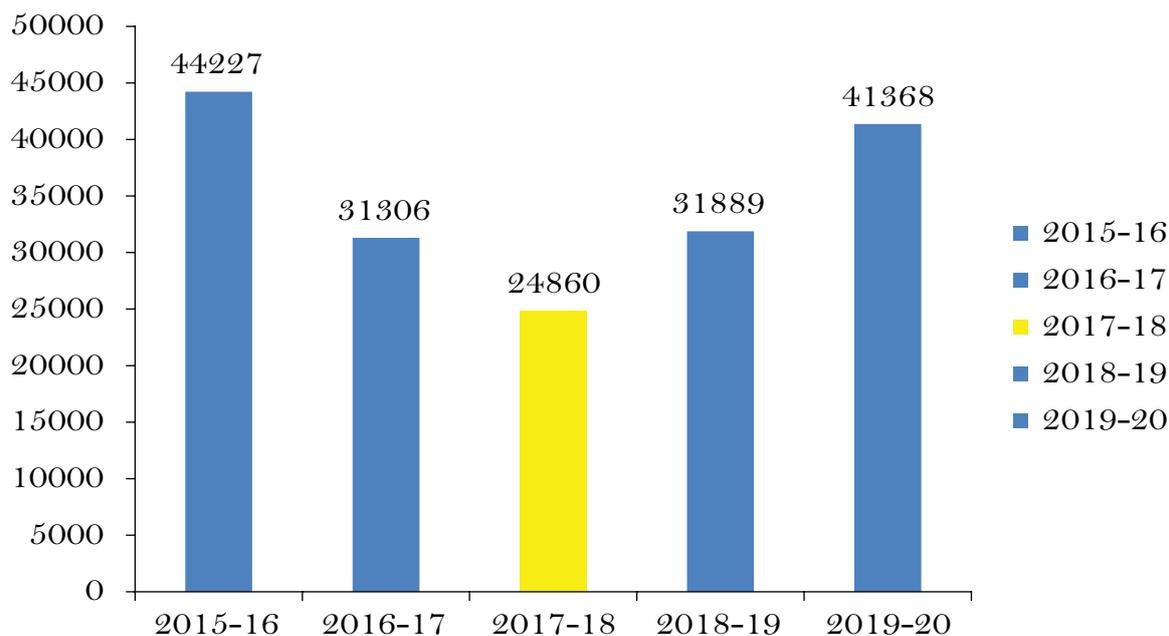
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Diretoria de Comunicação da UERJ (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019c).

Gráfico 7 – Inscrições no Vestibular Estadual da UERJ: Segundo Exame de Qualificação (2015-2019).



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Diretoria de Comunicação da UERJ (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019c).

Gráfico 8 – Inscrições no Vestibular Estadual da UERJ: Exame Discursivo (2015-2019).



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Diretoria de Comunicação da UERJ (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019c).

Considerações finais

As ações afirmativas em suas variadas modalidades atuaram de forma a flexibilizar os mecanismos de seleção das universidades públicas, levando à inserção no ensino superior de parcelas da população historicamente excluídas. Portanto, as políticas de inclusão contribuíram para a diversificação do perfil discente das instituições de ensino superior brasileiro. A integração e permanência no ambiente universitário ainda constituem um desafio tanto para estudantes quanto para as instituições de ensino superior.

Sendo historicamente uma universidade que acolhe estudantes de origem social popular (o que é perceptível, por exemplo, pela grande oferta de cursos noturnos e por se localizar em uma região central do Rio de Janeiro, de fácil acesso por variados meios de transportes), a UERJ se mostrou pioneira ao instituir políticas públicas que visam tanto a inclusão quanto a manutenção da permanência de estudantes socioeconomicamente desfavorecidos. Por esse motivo, tornou-se referência para a literatura sobre ações afirmativas no ensino superior. No que se refere às ações de permanência, a UERJ distingue-se positivamente das demais universidades por associar a cota aos recursos de permanência como bolsa e acesso ao material didático, por exemplo. Ou seja, os ingressantes por cota imediatamente já têm acesso às ações de assistência estudantil.

Observamos que ainda no que tange às políticas de permanência, a UERJ possui diferentes tipos de medidas que incluem aulas de reforço, e atividades de aprendizagem para alunos cotistas. Mas as principais ações consistem na concessão de auxílio financeiro na forma de bolsas permanência e estágios remunerados. Tais medidas são efetivas, uma vez que o perfil do corpo discente cotista é formado por estudantes oriundos de classes populares – inclusive todos os tipos de cotas estão subordinados ao critério de renda. Os dados analisados neste trabalho corroboram a afirmação anterior, além de demonstrarem que os ingressantes por cotas possuem menores rendas, e também menor capital cultural e capital social, quando comparados aos não cotistas.

Apesar de eficazes e necessárias, as ações de permanência pautadas na distribuição de recursos materiais possuem limitações. Tal fato ficou ainda mais evidente durante a crise fiscal enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro no período entre 2017 e 2018 e pela UERJ. Esta teve como reflexo a queda significativa do número de inscritos no seu vestibular e o aumento das taxas de evasão, levando a universidade a enfrentar um momento crítico sem precedentes. Diante desse cenário tornou-se ainda maior o desafio para gestores da instituição promover políticas de apoio e que estimulem permanência estudantil, principalmente para os estudantes cotistas, cujo principal fator de estímulo à permanência na universidade é o auxílio financeiro.

As análises apresentadas nesse trabalho ainda não permitem equacionar a problemática, mas possibilitam uma reflexão sobre a centralidade e a indispensabilidade de formulação de políticas que não se restrinjam às bolsas – que por si só são insuficientes e se tornam quase inviáveis em momento de escassez de recursos. É necessário formular políticas que se apoiem: 1) no acompanhamento acadêmico regular dos alunos; 2) em práticas pedagógicas e didáticas que reforcem a identificação, o sentimento de pertencimento e adequação dos estudantes ao meio social universitário; 3) em metodologias e didáticas que facilitem o aprendizado de discentes em situação de fragilidade socioeconômica; e 4) em práticas e conteúdos que estejam em diálogo com o mundo do trabalho (o que permitirá aos alunos a instrumentalização do conhecimento adquirido na universidade).

É digno de nota que, no passado, antes mesmo da implementação do sistema de cotas, a UERJ já adotou políticas de acompanhamento estudantil que iam além do auxílio financeiro na forma de bolsas. Como mostra Lessa (2017), ainda na década de 1990, mais especificamente no ano de 1995, a universidade possuía a bolsa de auxílio permanência – concedida aos estudantes que conseguiam isenção da taxa de inscri-

ção do vestibular mediante comprovação de baixa renda – associada ao recebimento de material didático e acompanhamento por um professor-tutor. Tal medida tinha alcance pequeno, pois limitava-se a um estudante por curso. A autora também destaca que no mesmo período houve a atuação de profissionais das áreas de pedagogia, psicologia e serviço social junto ao Departamento de Estágios e Bolsas (o Cetreina), não obstante, a ação foi encerrada em 1996. Após esse período, ações direcionadas a permanência e ao acompanhamento acadêmico só foram implementadas com o sistema de cotas em 2003, na forma do Programa de Iniciação Acadêmica (Proiniciar), que vigora até hoje e inclui a distribuição de material didático, atividades de reforço e concessão de bolsas.

Assim, percebemos que a UERJ, apesar do pioneirismo quanto à implementação do sistema de cotas, se mostra balizada quanto a políticas de permanência e acompanhamento dos cotistas. Como foi evidenciado, o foco em políticas consistem na distribuição de bolsas. Esta, além de ser insuficiente por si só, se torna inviável em períodos de recessão e escassez de recursos financeiros. Contudo, tal problema não se limita a esta universidade.

Ao propor a implementação e fortalecimento de políticas de acompanhamento estudantil que beneficiem os alunos não apenas em termos de apoio financeiro, mas também em aspectos imateriais, não pretendemos aviltar que as políticas que utilizam recursos materiais devam ser substituídas por outras ações de foco didático e pedagógico. Apontamos para a carência desse tipo de ações e acreditamos que a universidade deve atuar de maneira multifatorial, agregando os dois tipos de iniciativas. Dessa forma, a tarefa que se apresenta a UERJ – e também a todas as instituições de ensino superior públicas – consiste em recriar a forma como se produz e implementa políticas internas de permanência e acompanhamento acadêmico. Tendo em vista as necessidades e demandas do perfil social do novo corpo discente, que agora integra a universidade após o processo de alargamento do ensino superior vivenciado nas últimas décadas, a saber, o perfil de estudantes que ingressaram nas universidades públicas por meio de ações afirmativas.

Referências

ALMEIDA, W. M. *USP para todos?* estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública. São Paulo, SP: Musa, 2009.

_____. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. In: PIOTTO, D. C. (Org.). *Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares*. São Carlos, SP: Pedro e João, 2014. p. 239-73.

ALON, S. *Race, class, and affirmative action*. New York, NY: Russel Sage Foundation, 2015.

BARBOSA, M. L. Origem social e vocação profissional. In: HERINGER, R.; HONORATO, G. (Orgs.). *Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro, RJ: 7 letras, 2015. p. 48-76.

BARBOSA, M. L.; RANDALL, L. Desigualdades sociais e a formação de expectativas familiares e de professores. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 299-308, maio/ago. 2004. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v17i41.18496>

BEAN, J. P.; METZNER, B. S. A conceptual model of nontraditional undergraduate student attrition. *Review of Educational Research*, Thousand Oaks, v. 55, n. 4, p. 485-540, dez. 1985. <https://doi.org/10.3102/00346543055004485>

BORGES, E. H. N. A escolha da carreira: entre o sonho e as possibilidades. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 27, p. 492-508, maio/ago. 2018. <https://doi.org/10.20500/rce.v13i26.13431>

BORGES, E. H. N.; HONORATO, G. Pesquisas e práticas em acompanhamento de egressos: discutindo democratização do sistema e gestão das instituições de ensino superior. In: OLIVEIRA, A. J. B.; PEREIRA, E. R.; MAURITTI, R. (Orgs.). *Práticas inovadoras em gestão universitária: interfaces entre Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. p. 235-70.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

_____. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1970.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal na educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, jan./abr. 2019. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>

CHEN, R. Institutional characteristics and college students dropout risks: a multilevel event history analysis. *Research in Higher Education*, London, v. 53, n. 5, p. 487-505, ago. 2012. <https://doi.org/10.1007/s11162-011-9241-4>

COLEMAN, J. The creation and destruction of social capital: implications for the law. *Notre Dame Journal of Law, Ethics & Public Policy*, Notre Dame, v. 3, n. 3, p. 375-404, 1988.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, Washington, v. 55, n. 1, p. 68-78, jan. 2000. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.68>

DUBET, F. *Sociología de la experiencia*. Madri: Complutense, 2010.

_____. Qual a democratização do ensino superior? *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-65, maio/ago. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>

FUMASOLI, T.; HUISMAN, J. Strategic agency and system diversity: conceptualizing institutional positioning in higher education. *Minerva*, London, v. 51, n. 2, p. 155-69, mar. 2013. <https://doi.org/10.1007/s11024-013-9225-y>

GOASTELLEC, G.; VÄLIMMA, J. Access to higher education: an instrument for fair societies? *Social Inclusion*, Lisboa, v. 7, n. 1, p. 1-6, 2019. <https://doi.org/10.17645/si.v7i1.1841>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 29 dez. 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 4.151, de 4 de setembro de 2003. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 5 set. 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.346, de 11 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 12 dez. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 8.121, de 27 de setembro de 2018. Dispõe sobre a prorrogação da vigência da lei nº 5.346, de 11 de dezembro de 2008, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 28 set. 2003.

HERINGER, R. Ação afirmativa à brasileira: institucionalidade, sucessos e limites da inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil (2001-2008). In: PAIVA, A. R. *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010. p. 117-45.

HONORATO, G. A distribuição de apoio social e atividades complementares entre estudantes das IFES por cor e condição de ingresso (cotista e não cotista). In: HERINGER, R.; HONORATO, G. (Orgs.). *Acesso e sucesso no ensino superior: uma sociologia dos estudantes*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2015. p. 142-63.

HONORATO, G.; VIEIRA, A.; ZUCARELLI, C. Expansão, diversificação e composição social da área de educação no ensino superior brasileiro (1995-2015). In: HERINGER, R. (Org.). *Educação superior no Brasil contemporâneo: estudos sobre acesso, democratização e desigualdades*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p. 31-86.

KHAN, S. R. *Privilege: the making of an adolescent elite at St. Paul's school*. Princeton, NJ: Princeton University, 2011.

LESSA, S. E. C. Assistência estudantil brasileira e a experiência da UERJ: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 155-75, jan./jun. 2017. <https://doi.org/10.12957/rep.2017.30381>

LISBOA, V. Crise UERJ faz dobrar a evasão de alunos. *Guia do Estudante*, 14 jun. 2017.

LUCAS, S. R. An archaeology of effectively maintained inequality theory. *American Behavioral Scientist*, Thousand Oaks, v. 61, n. 1, p. 8-29, jan. 2017. <https://doi.org/10.1177/0002764216682989>

MAGALHÃES, M. O. Sucesso e fracasso na integração do estudante à universidade: um estudo comparativo. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 215-26, dez. 2013.

JAIME, F. M.; DUFOUR, G.; ALESSANDRO, M. (Orgs.). *Introducción al análisis de políticas públicas*. Florencio Varela: Universidade Nacional Arturo Jauretche, 2013.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas na universidade federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 65-76, jan./abr. 2009. <https://doi.org/10.5902/19846444>

PIRES, R. R. C. Introdução. In: PIRES, R. R. C. (Org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. p. 13-53.

PIRES, R. R. C.; LOTTA, G. Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. In: PIRES, R. R. C. (Org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. p.127-53.

PORTES, E. *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos*. 2001. 267 fls. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2001.

RAFTERY, A. E.; HOUT, M. Maximally maintained inequality: expansion, reform, and opportunity in irish education, 1921-75. *Sociology of Education*, Washington, v. 66, n. 1, p. 41-62, jan. 1993. <https://doi.org/10.2307/2112784>

RAMOS, C. A. *Introdução à economia da educação*. Rio de Janeiro, RJ: Alta, 2015.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.

RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. *Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010): trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. 4. ed. São Paulo, SP: Universidade Estadual Paulista, 2015.

ROLAND, N.; FRENAY, M.; BOUDRENGHIEN, G. Understanding academic persistence through the theory of planned behavior: normative factors under investigation. *Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*, Thousand Oaks, v. 20, n. 2, p. 215-35, ago. 2018. <https://doi.org/10.1177/1521025116656632>

RUMP, M.; ESDAR, W.; WILD, E. Individual differences in the effects of academic motivation on higher education students' intention to drop out. *European Journal of Higher Education*, London, v. 7, n. 4, p. 341-55, set. 2017. <https://doi.org/10.1080/21568235.2017.1357481>

TRUTA, C.; PARV, L.; TOPALA, I. Academic engagement and intention to drop out: levers for sustainability in higher education. *Sustainability*, Basel, v. 10, n. 12, p. 1-11, dez. 2018. <https://doi.org/10.3390/su10124637>

TUMIN, M. M. *Estratificação social: as formas e funções da desigualdade*. São Paulo, SP: Pioneira, 1970.

TURNER, B. *Status*. Lisboa: Estampa, 1989.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ. *Data UERJ 2019*: anuário estatístico base de dados 2018. Rio de Janeiro, RJ, 2019a

_____. *Manual de instruções do aluno de reserva de vagas/cotista da graduação UERJ*. Rio de Janeiro, RJ, 2019b.

_____. *Levantamento de cotas 2019*. Rio de Janeiro, RJ, 2019c. Disponível em: <http://www.caiac.uerj.br/documentos/LEVANTAMENTO2019.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

VALENTIM, D. F. D. *Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. Rio de Janeiro, RJ: Quartet, 2012.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-37, maio/ago. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>

Submissão em: 05/07/2020

Aceito em: 25/07/2020

Sobre os autores

Eduardo Henrique Narciso Borges

Doutorando em Ciências Humanas (Sociologia) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ).

E-mail: eduardonarcisorj@gmail.com

Thaissa Bispo Souza

Doutoranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ).

E-mail: thaissabispo@gmail.com